

## CONCLUSÃO

A atuação do Conselho Federal de Educação (CFE) na elaboração de políticas para a educação superior, entre os anos de 1962 e 1968, foi estudada nesta tese mediante a análise da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, editada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). As discussões que conduziram à Reforma Universitária de 1968 consistiram no fio condutor da pesquisa.

As atividades do CFE estão inseridas no contexto socioeconômico brasileiro de implantação de indústrias voltadas para o mercado externo. O século XX é marcado pela aceleração da industrialização brasileira em um período em que o capitalismo internacional já está consolidado. A expansão da indústria brasileira a partir da segunda metade da década de 1950 é baseada na associação do capital nacional com o internacional. No modelo agro-exportador o financiamento, o transporte e a comercialização são dominados pelos países centrais; no modelo industrial exportador, parte significativa da produção também é dominada por esses países.

O mito de que o *Brasil é uma nação essencialmente agrícola* fundamentava as posições do início do século XX em defesa do modelo agro-exportador. A partir da década de 1950 o modelo industrial-exportador é defendido com o mito *de que a tecnologia necessária para o desenvolvimento industrial estaria disponível no mercado internacional*. A adoção da política de importação de máquinas e de tecnologia apresentava os seguintes problemas: as máquinas e tecnologia importadas já eram obsoletas nos países em desenvolvimento; a associação das unidades mais fortes de produção conduz à formação de monopólios; as novas tecnologias são produzidas nos laboratórios das matrizes das multinacionais; e a produção de ciência e tecnologia nacional é restringida.

A implantação do modelo de desenvolvimento econômico dependente dos países centrais agravou as diferenças sociais brasileiras. Aqueles que exerciam atividade de direção, gerencial e de chefia mantinham rendimentos próximos aos que exerciam as mesmas atividades nos países centrais; o restante dos trabalhadores sofria a política de contenção salarial, principalmente pós 1964, criando-se dois grupos: os incluídos e excluídos do mercado de bens de luxo.

A ação do CFE e a Reforma Universitária de 1968 são influenciadas pelas seguintes características do contexto socioeconômico: a indústria nacional – excluindo-se as estatais – considera que a tecnologia necessária está disponível no mercado internacional, a mão-de-obra necessária era aquela que tivesse especialização necessária para a aplicação de tecnologia importada, e a classe média reivindica oportunidades de estudo como meio de ascensão social.

A visão de que o Estado deve planificar o desenvolvimento do país tornou-se dominante com o golpe militar de 1964. O Poder dos técnicos na definição das políticas públicas é consolidado. A distinção entre o Poder de Estado e o Poder do Aparelho de Estado facilita a compreensão dos mecanismos que permitem técnicos em órgãos governamentais participarem efetivamente na manutenção e implantação de políticas públicas. O CFE entendido como um Aparelho de Estado tem autonomia relativa no exercício do poder para definir políticas para o ensino superior.

A instituição do CFE, pela LDB/1961, é coerente com a visão de que a representação popular deve ser substituída pela atuação de um conselho técnico e neutro. Os critérios definidos pela LDB/1961 para nomeação dos conselheiros, por um lado, indicam que a escolha dos conselheiros deveria ser técnica, pois é definido que esses devem ser pessoas de “notável saber e experiência em matéria de educação”, por outro, indicam o aspecto político da nomeação: primeiro, a escolha dos conselheiros seria prerrogativa do Presidente da República; segundo, o CFE deveria ser composto por pessoas que representem as diversas regiões do país, níveis de ensino, e o ensino oficial e particular. A análise dos currículos dos conselheiros, elaborada por May Guimarães Ferreira (1990), permite afirmar que o princípio de notável saber, ao ser aplicado, transformou-se em *notável experiência em cargos políticos relacionados com a educação*. O estudo de Dirce Fonseca (1992), sobre os critérios para a escolha de conselheiros e da diferença do tempo em que eles se mantêm no cargo, permite afirmar que a escolha e a permanência de um conselheiro está relacionada à sua capacidade de articulação política para manter-se no Conselho.

A atuação dos membros do CFE, entre os anos de 1962 e 1968, foi dividida nesta tese em três períodos: o primeiro, da sua instalação em 1962 ao golpe militar de 1964; o segundo entre 1964 e 1965; o terceiro, entre 1966 e 1968. Nos dois primeiros períodos, o CFE adota a postura liberal de não formular legislação para o ensino superior: os conselheiros do CFE pretendiam – mediante a elaboração de Pareceres, Estudos Especiais e Indicações – criar a doutrina e a jurisprudência que determinaria o modelo de universidade a ser adotado. No

terceiro período, que é marcado pela promulgação dos Decretos Leis 53/66 e 252/67, que reformularam as Universidades Federais, e da legislação que estabelece a Reforma Universitária, os conselheiros trabalharam no sentido de elaborar as propostas de legislação para o ensino superior. Na passagem da fase jurisprudencial para a fase legislativa o CFE consolida-se como instância governamental na qual se dão os debates sobre o modelo de universidade a ser adotado.

A mudança de postura do CFE, isto é, deixar de legislar mediante a elaboração de jurisprudências e de doutrinas sobre o ensino superior e passar para a ativa participação na elaboração de legislação para o ensino superior é aqui entendida como resposta a dois movimentos: o primeiro, a reivindicação de uma Reforma Universitária que atenda as aspirações da classe média de mais vagas para o ensino superior; o segundo, na exigência dos governos militares de controlar o movimento estudantil.

Em 1968, a instalação da Comissão Meira Mattos é uma das tentativas do governo militar em controlar o movimento estudantil. No relatório desta Comissão destaca-se a veemente crítica à atuação do Conselho Federal de Educação (CFE). No mesmo ano é instalado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). O relatório final do GTRU apresenta anteprojeto de leis e decretos que, na sua essência, consistiram na Reforma Universitária. No preâmbulo do seu relatório, o GTRU faz a defesa da importância da ação do CFE na elaboração e implantação da Reforma Universitária. A comparação entre os dois relatórios permite afirmar que a instalação das duas comissões é consequência de arranjos políticos diferentes.

A concepção ampla de *partido* de Gramsci é uma das chaves de compreensão da organização da ação do CFE. Gramsci compreende que a função de um *partido* é de exercer a liderança intelectual e moral de uma reforma. A organização de um *partido* é dividida por Gramsci em três elementos, a saber, o de “coesão principal”, o “médio” e o “difuso”. O elemento de “coesão principal” tem a função de organizar as forças difusas de um *partido*, o elemento “difuso” é constituído pela base do partido e o “médio” é o que estabelece a articulação entre os dois elementos. O CFE compreendido como Aparelho de Estado exerce em alguns momentos a função de elemento “médio” e em outros de “coesão principal”. Por exemplo, ao avaliar o pedido da instalação de uma Instituição de Ensino Superior, o CFE exerce a função de elemento “médio”; ao elaborar doutrinas, jurisprudência e projetos de leis relativas ao ensino superior, o CFE exerce a função de elemento de “coesão principal”.

Um partido no exercício da liderança intelectual e moral de uma reforma é assim classificado por Gramsci: partido burocrático ou partido orgânico. O critério para classificação de um partido é a relação do elemento de “coesão principal” com o “difuso”. No caso do burocrático a relação é autoritária, isto é, o elemento de “coesão principal” não recebe a influência direta do elemento “difuso”. Por sua vez, o orgânico estabelece uma relação de diálogo entre os dois elementos. Devido o seu isolamento, o CFE, no período estudado, pode ser classificado como um partido burocrático,

Os membros do CFE são caracterizados, nesta tese, como *funcionários intelectuais*. O termo “funcionário” está relacionado com o fato de eles estarem inseridos em um órgão do Estado. Ao usar o termo “intelectual” retoma-se a concepção de intelectual tradicional e orgânico de Gramsci. Os funcionários intelectuais ao exercerem o Poder no Aparelho de Estado elaboram, implantam e conservam políticas públicas; no caso desta tese, políticas para o ensino superior.

O Poder tradicionalmente é concebido como uma relação vertical. Nessa concepção o “soberano” é o único a exercer o Poder, que é reproduzido por toda a estrutura econômica, social e política. Na concepção vertical do Poder não é possível compreender o exercício do poder em um Aparelho de Estado. Foucault contrapõe a essa visão a idéia de que o Poder não existe em si mesmo, mas é um exercício e que esse ocorre em rede. Assim, o Conselho Federal de Educação é um dos “nós” da rede de Poder. Foucault também critica a visão de que o Poder é apenas repressão; na sua visão, o Poder só se mantém por criar prazer e saber.

Foucault propõe que o estudo do saber produzido mediante o exercício do poder não deve utilizar o conceito de “verdade”, mas sim o de “Regime de Verdade”. Nesta tese o termo “Regime de Verdade” é compreendido à luz do conceito de “paradigma” de Thomas Kuhn. Segundo Kuhn, um paradigma é constituído de um modelo de ciência, pelos compromissos metodológicos assumidos por uma comunidade científica. Nesta visão não se trabalha com a concepção de verdade na avaliação de enunciados científicos, mas com a idéia de que existem rituais de legitimação dos enunciados científicos.

O estudo do saber produzido no exercício do poder em um Aparelho de Estado, nesta tese, é nomeado como um estudo de Epistemologia Política. A Epistemologia Política é o estudo do paradigma que norteia a ação de grupos na elaboração de políticas públicas e dos seus procedimentos de legitimação. No estudo do saber produzido mediante o exercício do poder pelo CFE, em uma Epistemologia Política, significa pesquisar os meios de divulgação utilizados para a propagação das idéias deste grupo, no caso desta tese, a *RBEP*. No estudo da

Revista buscou-se explicitar os modelos e regras adotados para a construção do conhecimento da realidade, os problemas considerados legítimos e os princípios básicos: os não problematizados e aqueles em relação aos quais se busca o consenso.

No estudo da *RBEP* utilizou-se como referência a proposta de Robert Darnton para a elaboração da história do livro. Adaptando a proposta de Darnton a uma história da revista tem-se o seguinte ciclo das revistas: a produção, a circulação e os leitores. Na produção da revista resalta-se os seguintes aspectos para identificar a sua linha editorial: o patrocinador, o editor (que pode ser considerado o autor da revista), os autores das matérias publicadas e a diagramação da revista. Sobre a circulação da revista, a pesquisa detém-se nos seguintes temas: periodicidade, pontualidade e meios de distribuição. Na pesquisa referente ao leitor têm-se duas vertentes: primeira, explicitar o leitor imaginário do editor/autor; segunda; identificar os leitores efetivos da revista.

A *RBEP* é uma publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O INEP foi instalado em 1938 graças à habilidade política de Lourenço Filho em vincular as atribuições do Instituto às atividades de seleção de pessoal do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão nuclear da política do Estado Novo. Apesar de o INEP ser um órgão vinculado ao MEC, as suas atividades principais estão vinculadas a um órgão que não pertence a este Ministério, o DASP. Este fato permite que desde a sua origem o INEP mantenha relativa autonomia em relação ao MEC. Ao longo de sua história, o INEP caracterizou-se por ser um Aparelho de Estado que se dedica à documentação, à pesquisa e à divulgação pedagógica, além de ser executor de políticas públicas.

A *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)* é criada no ano de 1944 como órgão (revista ou periódico) do INEP. A Revista publica até o ano de 1983 apenas artigos solicitados, evidenciando que o seu objetivo é o de ser um instrumento no exercício da liderança intelectual e moral em relação à educação. No período em que sofre a influência de Lourenço Filho, a linha editorial da Revista adota o ponto de vista nacional, prioriza a publicação de material relacionado a temas práticos e é vinculada à visão escolanovista.

Em 1952, Anísio Teixeira assume a direção do INEP mantendo-se no cargo até 1964, contudo a sua influência no Instituto perdura até a sua morte em 1971. Ao assumir a direção do INEP Anísio Teixeira reestrutura o Instituto com a intenção de torná-lo verdadeiramente em um instituto de pesquisa educacional. No final do ano de 1953 cria o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisa, com o objetivo de dar continuidade a sua proposta de transformar o INEP em um órgão de pesquisa. O CBPE foi

criado à imagem e semelhança do Centro de Documentação Pedagógica da França com a função de elaborar, de forma descentralizada, pesquisas e experimentos educacionais, centralizar a documentação e livros sobre educação e disseminar a informação principalmente na formação de professores.

A linha editorial da *RBEP* no período entre os anos de 1952 e 1961 foi explicitada nesta tese utilizando como textos paradigmáticos o “Discurso de Posse” de Anísio Teixeira, ao assumir a direção do INEP, e seu artigo intitulado “A administração pública brasileira e a educação”. Nesses textos é proposto que seja utilizada a análise científica das experiências diversificadas como método para construção de conhecimentos. O problema a ser enfrentado é relativo à construção de uma escola que ao mesmo tempo atenda as demandas de uma sociedade em pleno desenvolvimento tecnológico e seja um instrumento da democracia. Os princípios básicos adotados por Anísio Teixeira que foram considerados exemplares são: a realidade brasileira estava em intenso processo de industrialização e urbanização; a escola brasileira não atendia as necessidades sociais; a educação deveria atender objetivos mais amplos que as aspirações individuais de ascensão social; o Estado Novo caracteriza-se por quebrar o processo de democratização da sociedade brasileira que teria iniciado em 1930; a defesa da descentralização da administração pública; a autonomia da escola apenas restringida pelos objetivos gerais da educação e da sua capacidade técnica; e a defesa da escola pública.

A *RBEP* no período entre 1952 e 1961 publica exclusivamente material de autores vinculados ao “Manifesto da Escola Nova”, ou aos seus signatários, ou que tenham teses próximas defendidas por este grupo. A produção do conhecimento publicado pela *RBEP* é consequência do exercício do poder em um Aparelho de Estado por um grupo que busca consolidar a liderança intelectual e moral em relação à educação.

A influência de Anísio Teixeira no INEP e na *RBEP* também é marcante no período entre 1962 e 1971. A *Revista*, neste período, constitui-se em tribuna na qual os conselheiros do CFE, vinculados a Anísio Teixeira e/ou ao INEP, discutem a Reforma Universitária.

Os dois números da *RBEP* posteriores ao golpe militar de 1964 (v. 41, n. 94 e v. 42, n. 95) são interpretados, aqui, como um “Manifesto dos Pioneiros do INEP”. É importante ressaltar que esses números, apesar de terem data de capa, respectivamente, abril/junho de 1964 e set./dez 1964, são publicados apenas em 1965; o que provavelmente permitiu a maturação da escolha do material a ser publicado. Objetivando identificar a tese defendida pelos editores da Revista e não dos autores dos artigos, a leitura destes números permite afirmar que neles são defendidas as seguintes teses: o INEP não irá contra as decisões dos

governantes militares relativas à ordem pública, não há ruptura da normalidade legal com o golpe, o INEP ainda continua vinculado a Anísio Teixeira, a grande reforma educacional a ser realizada é a universitária, e o Conselho Federal de Educação é o órgão que deve realizar a reforma universitária com o apoio das pesquisas realizadas pelo INEP.

A análise estatística dos autores das matérias presentes na Revista permite identificar que os autores que mais publicaram na *RBEP* são os que mantêm vínculo com o INEP e com o CFE. Os conselheiros que mais publicaram no período foram Anísio Teixeira, Newton Sucupira, Valnir Chagas, Pe. José de Vasconcelos, Celso Kelly, Durmeval Trigueiro e Maurício Rocha e Silva. Este fato reforça a hipótese de que a *RBEP* é um instrumento utilizado por parte do Conselho para exercer a liderança intelectual e moral das Reformas Educacionais, no caso desta tese, da Reforma Universitária.

A manutenção do corpo editorial da *RBEP* entre 1962 a 1971 é um dos fatores que permitiu que a linha editorial da *RBEP* fosse constante no período. A única mudança significativa no corpo editorial é que a partir de 1965 Jader de Medeiros Brito é apresentado como redator chefe (editor) da Revista.

A análise do material publicado na *RBEP* permite afirmar que os leitores imaginários dos editores da Revista são os formuladores/implantadores de políticas educacionais e historiadores da educação.

Considerando o que é publicado na Revista, o que deixa de ser publicado, o que demora em ser publicado e o destaque dado a cada matéria infere-se que os editores da Revista utilizam como regras e modelos para a elaboração da linha editorial os seguintes preceitos: a articulação entre a teoria e a experimentação, os princípios escolanovistas e o modelo organizacional da Universidade de Brasília. Os editores adotam como princípio básico na constituição da linha editorial o princípio de que é necessário o planejamento da educação. Ligadas a esse princípio são adotadas como referência as seguintes concepções: a formação de profissionais deve atender às necessidades de desenvolvimento do país, deve ocorrer a expansão das vagas e não das Universidades, e a formação profissional deve estar articulada com a utilitária. Para a implantação dessas concepções deve ocorrer a substituição do sistema de cátedra pelo sistema departamental, além de que o CFE deve ser o fórum adequado para as discussões referentes à Reforma Universitária.

Os editores da *RBEP* se posicionam claramente contra o estabelecimento de uma Reforma Universitária mediante legislação. A partir de 1966, ano em que é publicado o

Decreto-Lei 53/66, os editores procuram conciliar, na linha editorial da Revista, a tese contrária à postura de fazer a Reforma Universitária mediante legislação com a valorização da participação do CFE na elaboração da legislação. O fato da elaboração da legislação estar contando com a participação de dois conselheiros próximos ao INEP – Valnir Chagas e Newton Sucupira – permite compreender o porquê de a Revista simplesmente não ignorar os fatos e idéias que contrariam a sua linha editorial, prática que é recorrente em sua história. Este fato indica que o grupo de conselheiros que utiliza a *RBEP* para exercer a liderança moral e intelectual no período entre 1966 e 1968 divide-se em dois subgrupos divergentes. De um lado estão Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro e, de outro, Newton Sucupira e Valnir Chagas.

A *Documenta* e a *RBEP*, apesar de serem revistas ligadas a órgãos oficiais, são concorrentes na divulgação da produção doutrinária e normativa do CFE. Em uma primeira abordagem pode-se ter a impressão de que na *RBEP* são publicadas as idéias e na *Documenta* os atos deliberativos do CFE. Esta impressão é superada pela análise das matérias publicadas nas Revistas. Na *RBEP* também são publicados legislação e atos normativos do CFE e, por sua vez, na *Documenta* são publicadas notícias referentes ao Conselho, pronunciamentos dos conselheiros publicados na Imprensa e muitos dos Pareceres são verdadeiros artigos. O que fundamentalmente diferencia a *RBEP* da *Documenta* é que a primeira publica matérias produzidas pelos conselheiros ligados ao INEP e a segunda publica a maioria dos documentos produzidos pelo CFE como um todo.

O estudo dos saberes, lembrando Foucault, expressos no material publicado na *RBEP* permitiu identificar as referências paradigmáticas adotadas por esses conselheiros. As obras paradigmáticas que nortearam a elaboração das propostas da Reforma Universitária de 1968 são externas ao círculo de conselheiros que publicavam na *RBEP*, a saber, o artigo de Ortega y Gasset, “Misión de la universidad” e o livro de Clark Kerr “The uses of the University”. O modelo organizacional da Universidade de Brasília completa o paradigma que irá nortear a produção técnica/teórica dos conselheiros. Das referências paradigmáticas os conselheiros utilizam os seguintes modelos e regras para a construção do conhecimento da realidade.

a) do artigo Ortega y Gasset, “Misión de la universidad”

- a missão da Universidade é a formação profissional, a investigação científica e principalmente a formação cultural;
- o ensino superior deve ocorrer em Universidades e não em Faculdades Isoladas;

- a formação profissional deve ser separada da formação do cientista;
  - a formação das lideranças nacionais exige que os estudantes universitários sejam inseridos no grau mais avançado da cultura;
- b) do livro de Clark Kerr “The uses of the University”
- a Universidade é caracterizada por sua diversidade, isto é, ela é uma Multiversidade;
  - a Multiversidade conta com várias comunidades internas;
  - as comunidades externas têm influência determinante na caracterização da Multiversidade;
  - a Multiversidade é ao mesmo tempo autônoma e heterônoma;
  - as Universidades latino-americanas necessitam de uma liderança que tenha um plano de reestruturação;
  - as mudanças na Universidade dependem de impactos externos;
  - a Universidade é elitista;
  - a igualdade deve ser de oportunidades e não em si mesma.

c) do modelo organizacional da UnB

- a integração das diversas unidades universitárias pelos Institutos Centrais;
- a eliminação do sistema de cátedras;
- a Universidade tem diversas funções.

Nos textos dos conselheiros analisados são discutidas basicamente quatro questões: Qual o modelo de universidade que atende às necessidades de desenvolvimento do país? A que tipo de profissional atende a indústria brasileira? Como deve ser a relação entre o Estado e a Universidade? Em qual nível acadêmico deve ser realizada a investigação científica? Estas questões são desdobramentos de duas questões propostos nas obras paradigmáticas: qual a missão da Universidade? Como conciliar o aspecto elitista do ensino superior com a igualdade de oportunidade para todos?

Em resposta as estas questões os conselheiros propõem os seguintes princípios básicos:

- a universidade é ao mesmo tempo autônoma e heterônoma;
- o Estado é o representante da sociedade na relação com a Universidade;
- a implantação de um ciclo básico comum a todos os cursos profissionais facilitaria a formação cultural dos estudantes, diminuiria a pressão social por aumento de vagas nos cursos de maior reconhecimento e permitiria a seleção dos estudantes para os cursos de longa duração;

- a substituição do sistema de cátedras pelo sistema departamental;
- a limitação dos recursos para a educação deveria ser um dos critérios para a expansão do ensino superior;
- deveria ocorrer a expansão de vagas e não de instituições de ensino superior;
- a expansão deveria ser controlada pelo o CFE, assim, evitando-se a criação de cursos sem qualidade;
- a expansão deveria atender às demandas sociais de profissionais e não às dos indivíduos;
- a pesquisa propriamente dita deveria ser realizada apenas nos cursos de pós-graduação;
- a pesquisa nos cursos de graduação teria apenas a finalidade didática de inserir os estudantes no método científico;
- a pós-graduação teria o papel de formar tecnólogos de alto nível, de preparar professores para o ensino superior e de conduzir a investigação científica,
- a vinculação entre o ensino e a pesquisa ocorre quando a Universidade produz a cultura a ser ensinada;
- todos os graus de ensino deveriam oferecer formação cultural e profissional, assim, a educação não seria fragmentada e permitiria que a qualquer momento que o estudante interrompa os seus estudos possa ingressar no mercado de trabalho;
- o ensino superior deve ser dividido em três ciclos: o ciclo básico, formação profissional e a pós-graduação;
- devem ser escolhidos os cursos com condições de desenvolverem pesquisa para receberem os recursos para tanto.

Os conselheiros que mais publicaram na *RBEP* divergem, sem romper com o paradigma adotado pelo grupo, em relação aos seguintes temas: a seletividade do ensino superior e o tipo de impacto externo necessário para que seja realizada a Reforma Universitária.

A discussão em relação à seletividade do ensino superior se dá entre Valnir Chagas e Anísio Teixeira. O primeiro defendia que o ensino superior deveria ser reservado ao “mais dotados”; o segundo compreendia que a oportunidade do ensino superior deveria ser oferecida a todos. Anísio Teixeira ainda considera que o ciclo básico teria as seguintes funções: diminuir a pressão por vagas nos cursos de reconhecimento social (por exemplo, medicina), oferecer formação cultural aos estudantes e de nivelamento cultural dos estudantes.

Os conselheiros que publicaram na *RBEP*, coerentes com a visão de que o Estado é o representante da sociedade, defendiam que para realizar a Reforma Universitária seria necessário um impacto externo promovido pelo Estado. Newton Sucupira e Valnir Chagas

defendiam que fosse promulgada legislação que consolidasse as práticas reformistas já existentes nas Universidades, mas que não eram generalizadas por encontrarem resistências internas. Durmeval Trigueiro, argumentando que a Universidade é uma práxis e não uma lei, defendia que o impacto externo deveria ocorrer mediante a negociação entre o Estado e as Universidades em relação ao financiamento do ensino superior.

O debate interno do CFE estava inserido em uma rede de poder mais ampla. A visão de Newton Sucupira e Valnir Chagas era mais próxima da do governo militar do que a de Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro, o que explica o fato de Newton Sucupira e Valnir Chagas se manterem como conselheiros e continuaram a participar da elaboração da legislação educacional, e de Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro deixam o conselho, sendo o primeiro não reconduzido e o segundo afastado.

O estudo de Epistemologia Política do Conselho Federal de Educação realizado nesta tese permite concluir: a implantação da Reforma Universitária de 1968 atende as demandas de um contexto socioeconômico; a *RBEP* é um instrumento utilizado pelos conselheiros ligados ao “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” ou com seus signatários para exercer a liderança intelectual e moral da Reforma Universitária; estes conselheiros se dividem em dois subgrupos a partir de 1966; e o exercício do poder dos conselheiros em um Aparelho de Estado, além de ter forte influência na criação de uma realidade – o sistema universitário brasileiro decorrente da Reforma Universitária de 1968 –, consolida uma concepção de Universidade.

Ao concluir esta tese vale a pena destacar as suas eventuais contribuições e lacunas. Em relação à contribuição acreditamos que ela possa ser útil

- a) aos historiadores da educação
  - para a compreensão da ação do Conselho Federal de Educação na efetivação da Reforma Universitária de 1968;
  - para a reconstituição da história do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;
  - para a superação da visão dualista da historiografia dos modelos educacionais, que enfatizam ou os aspectos políticos e socioeconômicos, ou os aspectos técnicos.
- b) aos pesquisadores de revistas
- na proposição de uma metodologia para o estudo de revistas;
- c) às discussões sobre o modelo de universidade a ser adotado

- ao restabelecer um dos elos da linha histórica das idéias de universidade, permite a compreensão das visões de universidade presentes no modelo dual implantado no Brasil e nas diversas posições no atual debate relativas ao modelo a ser adotado;
- ao explicitar os problemas que com a Reforma Universitária de 1968 pretendia solucionar, facilita a definição dos termos das questões para o contínuo debate sobre os modelos de universidade;

d) aos pesquisadores de órgãos estatais brasileiros

- com a proposta de uma Epistemologia Política, oferece-se referencial teórico para a análise de Aparelhos de Estado que definem políticas públicas, como por exemplo, Conselhos de Meio Ambiente, Banco Central, Agências de Fomento a Pesquisa etc.

Nas lacunas desta tese encontram-se os seguintes temas que mereceriam ser desenvolvidos em outros trabalhos:

- o aprofundamento da discussão teórica visando, por um lado, superar um possível ecletismo teórico desta tese; e, por outro, incorporar a discussão de Max Weber sobre “burocracia”;
- a reconstrução da história do INEP mediante o estudo da *RBEP* nos períodos posteriores a 1971;
- pesquisa referente às idéias expressas na *RBEP* por Jayme Abreu – funcionário intelectual do Estado que mais publicou na *RBEP* durante o período compreendido entre 1962 e 1971 e que teve relevante influência na determinação da linha editorial da Revista;
- o estudo da ação do atual Conselho Nacional de Educação (CNE) como *partido* na elaboração de políticas para a educação superior tendo como fonte/objeto a revista *Documenta*;
- comparar a visão de Universidade do atual CNE e a do CFE;
- elaborar paralelo dos princípios que fundamentam as atuais teses sobre a Universidade com os princípios defendidos na década de 1960.

À luz dos princípios defendidos e questões discutidas pelo CFE, na década de 1960, propõe-se, aqui, os seguintes temas para o debate dos rumos da universidade brasileira:

- a articulação entre as dimensões da missão da universidade, isto é, a integração entre a formação cultural, a pesquisa e a formação de profissionais;
- a definição do grau de autonomia e heteronomia desejável para que a Universidade realize a sua missão;

- a articulação entre a graduação e a pós-graduação;
- a definição de fontes de recursos para a Universidade;
- o atendimento da “oportunidade para todos” e a implantação/manutenção de altos padrões de qualidade nas Universidades;
- o papel da Universidade na correção das falhas da educação básica; tanto na elaboração de propostas, no acompanhamento de projetos, no oferecimento de cursos de formação continuada do magistério, no desenvolvimento de pesquisas relativas à educação básica etc.; como na correção das falhas de formação dos estudantes que ingressam na Universidade;
- o papel das Universidades Públicas na dinamização do Ensino Superior;
- a definição de regras e procedimentos de controle para que as Universidades Particulares cumpram a missão da Universidade e não restrinjam a sua ação à formação de profissionais;

O término desta tese coincide com a solicitação governamental de que seja elaborada uma nova proposta de Reforma Universitária. Em momentos de Reformas, o debate deve direcionar-se para o futuro para que um novo modelo seja proposto. Contudo, o diálogo com o passado e o retomar dos debates – que ocorreram em outros momentos históricos – podem ajudar na definição do modelo de Universidade que atenda as aspirações da sociedade brasileira.